

a semana no **CONGRESSO**

A Semana no Congresso é um informativo elaborado pela área de Relações Institucionais e Governamentais de Pinheiro Neto Advogados, que está baseada em Brasília. Nossa equipe acompanha de perto as notícias divulgadas pelas agências da Câmara de Deputados e do Senado Federal e apresenta uma seleção daquelas consideradas mais relevantes para nossos clientes.

PERIODICIDADE

Semanal

SÓCIO RESPONSÁVEL

[Carlos Vilhena](#)

COLABORADORES

Anna Beatriz Almeida e Bruno Perman

CONTATO

pna@pn.com.br

Este boletim tem caráter genérico e informativo, não constituindo opinião legal para qualquer operação ou negócio específico. Para mais informações, entre em contato com nossos advogados ou visite o website www.pinheironeto.com.br.



↑ [voltar ao início](#)



CONGRESSO NACIONAL. (FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO)

CÂMARA

Câmara e Senado têm 22 medidas provisórias para analisar

Três delas foram publicadas nesta quarta-feira e tratam da regulação do setor mineral

Após a volta do recesso parlamentar, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal terão que analisar 22 medidas provisórias. Algumas já estão perto do fim do prazo de vigência e podem perder o efeito caso não sejam votadas a tempo.

No Senado estão a MP 770/17, que estimula investimentos na implantação de novas salas de cinema, e a MP 771/17, que cria uma autarquia federal para administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Os dois textos já foram aprovados pelos deputados e, agora, precisam ser votados pelo Senado, respectivamente, até o dia 7 e 10 de agosto para não perder a validade.

Na Câmara

Além das duas MPs que trancam a pauta do Senado, outras três também já impedem a votação de outros projetos na Câmara. São elas:

- a MP 772/17, que aumenta de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa a ser aplicada a frigoríficos que infringirem a legislação sanitária;
- a MP 773/17, que autoriza estados, Distrito Federal e municípios a usar dinheiro da regularização de ativos no exterior para cumprir o limite constitucional de gastos com educação; e
- a MP 775/17, que determina que em todas as operações realizadas no âmbito do mercado financeiro deverá haver, se for o caso, a chamada constituição de gravames e ônus, atualmente limitada a operações do mercado de valores mobiliários e do sistema de pagamentos brasileiro.

A MP 774/17 também aguarda votação na Câmara, mas não tranca a pauta porque ainda não foi lida em Plenário. Essa MP acaba com a desoneração da folha de pagamento para a maioria dos setores hoje beneficiados.

Além dessas, os deputados terão de votar também a MP 783/17, que institui um novo programa de regularização tributária.



Nas comissões

As outras medidas provisórias estão sendo analisadas pelas comissões mistas e já chegarão ao Plenário das duas Casas Legislativas trancando a pauta de votações. Das dez medidas que estão nas comissões, oito já entraram em regime de urgência porque foram apresentadas há mais de 45 dias.

Entre as medidas que estão nas comissões destaca-se a MP 778/17, que prevê o parcelamento da dívida previdenciária dos estados e municípios, a MP 782/17, que dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República; e a MP 783/17, que institui um novo programa de regularização tributária (Refis).

Outras seis medidas provisórias recém-editadas ainda não tiveram as comissões mistas instaladas (786/17, 787/17, 788/17, 789/17, 790/17 e 791/17).

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#).

Governo quer votar reforma da Previdência em agosto; oposição diz que não há votos para aprovar a proposta

Governo e oposição divergem sobre a apreciação, em Plenário, da Reforma da Previdência. Aprovada no começo de maio em comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 aumenta a idade exigida para aposentadoria, tanto no INSS quanto no setor público; para 62 anos de idade, para mulheres; e 65 anos, para homens.

O relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) prevê transições para os atuais segurados da Previdência, com o cumprimento de um pedágio para poder se aposentar e diminuição do valor da aposentadoria.

No entanto, para ser aprovada, a matéria precisa do voto favorável de ao menos 308 deputados, em dois turnos de votação. A crise política, com a denúncia de corrupção envolvendo o presidente Michel Temer, atrasou a expectativa do governo de votar o texto no primeiro semestre deste ano.

Divergências

Vice-líder do governo, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) acredita que a proposta será votada na segunda quinzena de agosto. "A ideia é aprovar no meio de agosto e início de setembro. Essa reforma é necessária porque o governo teve que aumentar a alíquota de PIS/Cofins

sobre os combustíveis exatamente porque a conta não estava fechada. Nós precisamos da reforma para atender fundamentalmente ao trabalhador brasileiro", disse Mansur.

Já a oposição acredita que o governo não tem votos para aprovar a reforma da Previdência. Presidente da Comissão de Trabalho, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) critica a proposta. "Não haverá reforma da Previdência porque o governo não tem votos suficientes para votar porque fez uma proposta sem qualquer parâmetro de razoabilidade para reformar a Previdência. Exige uma idade mínima muito elevada, exige um tempo elevado para ter direito à aposentadoria integral, desconsidera diferença de trabalhador rural e urbano."

Mudanças

Os deputados da base do governo já sinalizaram que alguns pontos da reforma poderão ser modificados no Plenário da Câmara. Um deles é a reivindicação dos agentes penitenciários de aposentadoria especial igual à dos policiais, aos 55 anos de idade. Outro é uma regra de transição para os servidores que entraram no serviço público antes de 2003 e que terão, pelo texto aprovado, que esperar os 65 anos de idade, no caso do homem, e 62, para as mulheres, para manterem a integralidade dos benefícios.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#). ■



PRESIDENTE MICHEL TEMER E O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, RODRIGO MAIA. (FOTO: MARCOS CORRÊA/PR)

Maia reafirma que votação de denúncia contra Temer será na quarta-feira

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou em entrevista coletiva, nesta sexta-feira em São Paulo, que a Casa deve garantir quórum para a análise do processo contra o presidente Michel Temer.

Para ele, adiar essa votação seria parar a análise de reformas que são importantes para a recuperação econômica do País. “Nosso papel é votar. É muito grave que a Câmara não tome uma decisão, que seja para aprovar ou não, é uma decisão de cada deputado. Mas não votar é manter o País parado no momento que o Brasil vive de recuperação econômica, mas ainda com muitas dificuldades”, disse.

Agenda de reformas

O presidente da Câmara disse ainda que a denúncia deve ser votada na quarta-feira para que a Câmara se dedique a outras matérias. “Temos trabalhado na agenda de reformas, nós vamos retomá-la assim que a denúncia for votada. Eu tenho muita esperança, e vou trabalhar fortemente para que votemos a reforma da Previdência, porque entendo que o Brasil tem problemas estruturais graves de médio e longo prazo e que precisam ser resolvidos”, disse.

Além da reforma da Previdência, Maia também destacou a importância de se aprovar a reforma Tributária e as mudanças nos juros do BNDES.

O presidente da Câmara concedeu entrevista logo após almoço com o prefeito interino de São Paulo, Milton Leite, que assumiu a prefeitura após a

viagem de João Doria à China. “Estou aqui hoje para prestigiar o vereador, que assumiu a prefeitura por alguns dias, o que é uma grande honra, como eu já assumi a presidência da República”, disse.

Como a entrevista foi concedida um dia após jantar no Palácio do Jaburu oferecido por Temer a parlamentares e ministros, Rodrigo Maia foi questionado e reafirmou apoio ao governo, mas disse que como árbitro da votação da denúncia não discutiu estratégias de apoio a Temer. “Enquanto eu estive lá isso não foi discutido, meu papel como presidente da Câmara é institucional e não poderia estar em nenhuma reunião tratando de estratégias”, disse.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#). ■

SENADO

Pena mais dura para exploração irregular de recursos minerais será votada na CMA

Projeto de lei (PLS 63/2017) que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a liberação obtida do poder público está na pauta da reunião de terça-feira (1º) da Comissão de Meio Ambiente (CMA), a partir das 11h30.

O autor, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), propõe que os infratores, hoje punidos com seis meses a um ano de detenção, recebam pena de um a cinco anos de reclusão, mantida a aplicação de multa. O tratamento mais rigoroso, segundo Alcolumbre, justifica-se pelo aumento da extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares. Ele observa que essa atividade provoca erosão e descompactação do solo, dando origem, em muitos casos, à desertificação.

O relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação da proposta que é terminativa na comissão, e, se aprovada, deverá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a votação final no Senado seja em Plenário.



(FOTO: AGÊNCIA SENADO)

Política pública

Além do PLS 63/2017, a pauta da CMA inclui outros 16 itens. O colegiado também analisará nesse dia o plano de trabalho proposto pelo senador Cidinho Santos (PR-MT), relator de uma das políticas públicas que serão avaliadas pela comissão em 2017. O tema escolhido são os programas governamentais que têm por objetivo a revitalização de bacias hidrográficas de domínio da União.

Fonte: Agência Senado.

Lei para compensar desoneração de ICMS será tema de debate no Senado

Com prazo curto para aprovar uma lei que compense financeiramente os estados com a desoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Senado deve acelerar os debates em torno do tema no segundo semestre. Uma sessão temática será realizada nos próximos meses, em data a ser agendada. Requerimento com esse objetivo foi aprovado em março.

A isenção da incidência de ICMS das exportações de produtos não industrializados está prevista na Lei Kandir, aprovada em 1996 para estimular as exportações dos estados. A norma previu que uma lei complementar deveria ser aprovada pelo Congresso Nacional para compensar os estados com a perda da arrecadação. No entanto, a nova legislação para fixar os repasses ainda não foi regulamentada.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu prazo até 30 de novembro de 2017 para que o Congresso Nacional regulamente a Lei Kandir. Se até lá senadores e deputados não aprovarem uma norma com esse objetivo, o Tribunal de Contas da União (TCU) ficará responsável por fazer os cálculos da compensação.



Um dos autores do pedido de realização da sessão é o senador Wellington Fagundes (PR-MT), que apresentou o PLS 288/2016-Complementar para atender a determinação do STF. Ele sugere que sejam convidados, entre outros, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal; o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; e o ministro do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira.

Outra proposta

Em 4 de julho, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em decisão terminativa, regras para compensação aos estados exportadores, que perdem arrecadação do ICMS com a desoneração estabelecida pela Lei Kandir. De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 38/2017 estabelece o montante dessa compensação em R\$ 1,9 bilhão para o exercício de 2017. A proposta seguiu para análise da Câmara dos Deputados.

Outras sessões

Além do debate sobre a compensação pelas desonerações da Lei Kandir, o Plenário do Senado pode ter uma sessão de debates sobre a dívida dos estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos governadores. A ideia é do senador Elmano Férrer (PMDB-PI). O requerimento foi aprovado em outubro do ano passado.

O Plenário do Senado vai analisar ainda requerimentos de senadores para que sejam debatidos outros assuntos em sessões temáticas como “a situação atual da Base Industrial de Defesa Brasileira”; “os reajustes a serem concedidos aos servidores públicos”; e “o impacto econômico e social de iniciativas regulatórias sobre atividades típicas da economia compartilhada”.

No primeiro semestre, o Senado promoveu sessões temáticas sobre a reforma trabalhista e sobre os 25 anos da Conferência Rio 92.

Projeto obriga empresas de telefonia a garantir cobertura de sinal nas estradas

As empresas de telefonia poderão ser obrigadas a garantir cobertura do sinal de telefones celulares ao longo das rodovias federais e estaduais. A obrigação consta de projeto do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que está pronto para ser votado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT). O relator do PLS 05/2017, senador Otto Alencar (PSD-BA), afirma que um celular funcionando plenamente nas rodovias é essencial para a segurança dos viajantes. O autor do projeto acrescenta que esse tipo de serviço não é assegurado pelas operadoras porque não está previsto em lei. ■